

Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul

**Concurso Público
Edital 03/2024**



Agente de Controle Interno

MANHÃ

PROVA TIPO 1 - BRANCA

CARGO: AGENTE DE CONTROLE INTERNO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de **01** a **03**.

Brasil tem a maior queda histórica do trabalho infantil

Apesar da diminuição no índice, o país ainda tem 1,5 milhão de crianças e adolescentes em atividades remuneradas.

A construção de um país próspero e socialmente justo está diretamente ligada às possibilidades de educação e saúde oferecidas às crianças, que são o futuro de um país. Infelizmente muito longe dos parâmetros de uma Noruega, onde o trabalho infantil é quase zero, o Brasil registrou 1,5 milhão de trabalhadores, entre 5 e 17 anos, em 2023. O alto índice vem acompanhado, no entanto, de boa notícia: é o menor dos últimos seis anos. A queda foi de 14,6% em relação a 2022. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua sobre trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, divulgada nesta sexta-feira (18) pelo IBGE.

No Brasil, quanto mais as crianças crescem, maior a incidência delas no mercado. Dos menores que trabalham, 1,3% tem de 5 a 13 anos. A porcentagem aumenta em seis vezes na faixa etária entre 13 e 15 anos. O maior grupo de trabalhadores mirins é o de 16 a 17 anos, que representa 14,6% do total. Apesar de estarem em uma idade de trabalho permitida pela legislação brasileira, a maioria não tem carteira assinada, o que dá margem à exploração com salários baixos e sem pagamento de horas extras. Além de exercerem uma atividade remunerada fora de casa, essas crianças e adolescentes ainda são sobrecarregados com atividades domésticas das mais variadas. Com tanta sobrecarga, a frequência escolar acaba comprometida, o que diminui a probabilidade da quebra do ciclo de pobreza familiar no futuro. Sem educação e qualificação, reduzem às perspectivas de melhores oportunidades de trabalho na vida adulta. No Brasil, há 32 milhões de crianças e adolescentes que vivem as múltiplas dimensões da pobreza. O trabalho infantil é apenas uma delas.

(Por Valéria França, Veja, 19 out 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/comportamento>. Adaptado.)

Questão 01

Considerando o título “Brasil tem a maior queda histórica do trabalho infantil”, em relação ao conteúdo do texto apresentado em seu desenvolvimento, pode-se afirmar que:

- A) O título apresenta uma afirmativa que dialoga com as informações textuais que apenas ampliam e reforçam o anunciado por ele previamente.
- B) Diante da locução conjuntiva que inicia o subtítulo apresentado, linha fina, pode-se compreender que o título apresenta uma quebra de expectativa.
- C) É possível reconhecer, por meio das escolhas linguísticas e lexicais realizadas, que há um propósito comunicativo de ressaltar aspectos profícuos referentes ao assunto abordado.
- D) O recorte feito a partir do título demonstra a intencionalidade comunicativa do enunciador, ao confrontar diferentes perspectivas por meio de sua estrutura composicional.

Questão 02

Quanto ao primeiro período do texto “A construção de um país próspero e socialmente justo está diretamente ligada às possibilidades de educação e saúde oferecidas às crianças, que são o futuro de um país.”, podemos afirmar que é possível observar:

- A) Orações independentes em relação de coordenação.
- B) Orações anexadas sem vínculo sintático, apenas semântico.
- C) Oração adjetiva cujo conteúdo é relevante para identificação do referente.
- D) Oração iniciada por termo que demonstra três funções: anafórica, conectiva e sintática.

Questão 03

“Sem educação e qualificação, reduzem às perspectivas de melhores oportunidades de trabalho na vida adulta. No Brasil, há 32 milhões de crianças e adolescentes que vivem as múltiplas dimensões da pobreza. O trabalho infantil é apenas uma delas.” (2º§) O trecho em destaque apresenta uma inadequação quanto à norma padrão da língua, corretamente indicada em:

- A) A forma verbal “reduzem” provoca incoerência textual, devendo ser substituída por sua correspondente no singular.
- B) A expressão “múltiplas dimensões da pobreza” apresenta-se como vício de linguagem de acordo com a inadequação vocabular.
- C) Considerando o contexto, a regência verbal do verbo “reduzir” foi indevidamente empregada, contribuindo para a incoerência textual.
- D) “Sem educação e qualificação” apresenta coloquialidade, devendo ser substituído por “A despeito da falta de uma proposta de educação de qualidade”.

Questão 04



(Bicudinho, de Caco Galhardo. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br/>. Acesso em: outubro de 2024.)

A partir da tirinha anterior, pode -se afirmar que:

- A) Considerando os elementos constitutivos da tirinha, há uma situação inesperada no último quadrinho, o que gera o humor no texto.
- B) O texto pode ser reconhecido, quanto à tipologia textual, como uma narrativa por apresentar os elementos característicos em sua composição.
- C) O personagem da tirinha enquanto enunciador de um texto demonstra incoerência e inadequação linguística justificadas pela situação comunicativa referente.
- D) Pode-se observar que as expressões “na rede” e “para permissão de compartilhamento de dados” foram empregadas com função modificadora do termo a que se referem, ainda que indiquem diferentes circunstâncias.

Questão 05

A partir da leitura do texto a seguir, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.



(Marília Marz. Disponível: <https://www.folha.uol.com.br/>. Acesso em: outubro de 2024.)

- () Considerando o contexto apresentado, pode-se afirmar que a expressão “fortes chuvas em São Paulo” demonstra o emprego da linguagem conotativa.
- () O conteúdo apresentado no contexto do segundo quadro, por meio do *e-mail*, utiliza estratégia linguística com o propósito de contribuir para justificar a reação observada na expressão da personagem.
- () O segundo quadro é uma sequência da narrativa iniciada no primeiro quadro e tem como objetivo demonstrar como o uso de um gênero textual multimodal como o *e-mail* contribui para o distanciamento de enunciador e interlocutor.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) F, F, V.
- C) V, V, V.
- D) F, V, F.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 06

Adelmo, Bernardo e Celso são amigos e estavam brincando de futebol na rua quando, de repente, somente um deles acertou, de forma acidental, a bola em um carro e acabou quebrando o vidro da janela. Após ouvir o barulho, o proprietário do veículo saiu de sua residência e questionou, furioso, qual dos três amigos teria provocado o incidente. As respostas dadas por cada um deles são fornecidas a seguir:

Adelmo: “Não foi o Bernardo!”

Bernardo: “Adelmo está dizendo a verdade!”

Celso: “Não foi o Adelmo!”

Se somente um dos amigos diz uma mentira e, portanto, os demais dizem a verdade, pode-se concluir que:

- A) Celso mentiu e Adelmo foi o culpado.
- B) Adelmo mentiu e Celso foi o culpado.
- C) Adelmo mentiu e Bernardo foi o culpado.
- D) Bernardo mentiu e Adelmo foi o culpado.

Questão 07

No departamento de matemática de uma universidade estadual, há 72 estudantes de pós-graduação. Sabe-se que, entre esses estudantes, 58 são provenientes da capital do estado e 34 são mulheres. Denote por N a quantidade de estudantes de pós-graduação desse departamento que não são mulheres e não são provenientes da capital do estado. De acordo com essas informações, quantos são os possíveis valores para N ?

- A) 13.
- B) 14.
- C) 15.
- D) 16.

Questão 08

Juliana tem 3 pequenos recipientes distintos que estão, inicialmente, vazios. Ela pretende guardar 3 anéis diferentes nesses recipientes de modo que um recipiente não possa conter todos os anéis. Se essa restrição for atendida, de quantas formas distintas Juliana pode guardar seus 3 anéis nos recipientes?

- A) 18.
- B) 21.
- C) 24.
- D) 27.

Questão 09

Em determinada repartição pública trabalham 40 servidores. Observa-se que 24 desses servidores trabalham no 1º andar, 16 servidores trabalham no 2º andar e 10 servidores trabalham no 1º e 2º andares. Se um servidor for escolhido aleatoriamente, qual a probabilidade de que ele trabalhe, exclusivamente, em outros andares da repartição?

- A) $\frac{1}{4}$.
- B) $\frac{1}{5}$.
- C) $\frac{1}{6}$.
- D) $\frac{1}{8}$.

Questão 10

Para comemorar os 77 anos de uma loja, as 77 primeiras pessoas que chegarem até o local na data marcada receberão uma senha com um número que vai de 1 a 77. Considere que todas as senhas possuem números distintos. Qual o menor número de senhas deve ser sorteado para que haja a garantia de que, entre as senhas sorteadas, pelo menos, 2 sejam formadas por números consecutivos?

- A) 38.
- B) 39.
- C) 40.
- D) 41.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 11

A Administração Pública possui regimento próprio para admissão de servidores ao exercício de cargo público. Assim, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 79/2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos de Santa Fé do Sul, os cargos públicos serão preenchidos por, EXCETO:

- A) Acesso.
- B) Nomeação.
- C) Convocação.
- D) Aproveitamento.

Questão 12

João, aprovado no concurso público, tornou-se funcionário público do município de Santa Fé do Sul. Assim, tendo em vista o Estatuto dos Funcionários Públicos daquele município, Lei Complementar Municipal nº 79/2002, pode-se dizer que ele poderá ter a alteração de sua lotação para outro órgão da Administração municipal, mediante o instituto do(a):

- A) Readaptação.
- B) Reintegração.
- C) Redistribuição.
- D) Aproveitamento.

Questão 13

Por simetria Constitucional, a Lei Orgânica versa sobre a separação dos Poderes na esfera municipal, especialmente, nesse âmbito descrevendo o funcionamento dos dois níveis do ente federativo: Legislativo e Executivo. Com relação ao primeiro, estabelece, por exemplo, o funcionamento da Câmara Municipal. Assim, de acordo com Lei Orgânica do Município de Santa Fé do Sul, compete ao Presidente da Câmara de Vereadores:

- A) Promulgar as resoluções e decretos legislativos.
- B) Representar, junto ao Executivo, sobre necessidade de economia interna.
- C) Propor projetos que criam ou extinguem cargos nos serviços da Câmara e fixam os respectivos vencimentos.
- D) Contratar, na forma da lei, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Questão 14

João, funcionário público municipal, se licenciou por quatro anos do cargo público no Município Santa Fé do Sul, período em que exerceu o mandato de Vereador. Assim, tendo em vista a Lei Complementar Municipal nº 79/2002: Estatuto dos Funcionários Públicos de Santa Fé do Sul e suas modificações, em relação à contagem de tempo, é correto afirmar que João:

- A) Poderá contar o prazo em dobro por ter exercido outro cargo na Administração Pública.
- B) Poderá contar o tempo de mandato como Vereador, para fins de promoção por merecimento.
- C) Poderá contar o tempo de exercício do mandato de Vereador, para fins de efetivo tempo de serviço.
- D) Não poderá contar o tempo de exercício do mandato de Vereador como de efetivo tempo de serviço.

Questão 15

O Decreto Municipal nº 5.045/2021 dispõe sobre a regulamentação da gestão e o controle de bens patrimoniais do município de Santa Fé do Sul, disciplinando, entre outros, a movimentação dos bens móveis. Assim, tendo por base a mencionada normativa, pode-se dizer que a movimentação de bens móveis da Prefeitura de Santa Fé do Sul, dar-se-á por, EXCETO:

- A) Empréstimo.
- B) Encampação.
- C) Exposição pública.
- D) Necessidade de seu reparo.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 16

Após regular tramitação do processo legislativo no Congresso Nacional, um projeto de Lei Ordinária seguiu para a deliberação do Poder Executivo. Ao analisar o projeto de lei, o Presidente da República decidiu vetá-lo, alegando que o seu conteúdo não era oportuno para o momento político. A justificativa do veto ao projeto de lei foi enviada ao Poder Legislativo para ciência. Considerando o fato narrado, assinale a afirmativa correta.

- A) Caso o veto presidencial seja derrubado pelo Congresso Nacional, caberá ao presidente do Senado Federal a promulgação da Lei Ordinária.
- B) Os motivos ensejadores do veto presidencial deverão ser encaminhados ao Presidente da Câmara dos Deputados, no prazo de quarenta e oito horas.
- C) O veto presidencial deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento de sua comunicação.
- D) O veto do Presidente da República ao projeto de lei deverá ser apreciado em sessão conjunta e só será rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.

Questão 17

Sobre o tema aplicabilidade das normas constitucionais, analise as afirmativas a seguir.

- I. As normas constitucionais de eficácia contida poderão ser restringidas não apenas pela legislação infraconstitucional, mas também por outras normas da própria Constituição.
- II. A norma da Constituição Federal de 1988, que estabelece ser dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, observando o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional, é uma norma definidora de princípios programáticos.
- III. As normas de eficácia contida são dotadas de aplicabilidade indireta, pois permitem que uma norma posterior restrinja os seus plenos efeitos.
- IV. As normas que apresentam aplicabilidade mediata não produzem qualquer efeito até que sejam posteriormente regulamentadas por lei.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) III.
- B) I e II.
- C) III e IV.
- D) I, II e IV.

Questão 18

A Lei nº 789-2015 do Estado Y possui um dispositivo que proíbe o Tribunal de Contas do Estado, ao realizar, de ofício, fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, ter acesso ao conteúdo de pesquisas e consultorias solicitadas pela própria Administração. Considerando o fato narrado, assinale a afirmativa correta.

- A) Os Estados não poderão editar espécies normativas que disciplinem a respeito da organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados.
- B) O Tribunal de Contas do Estado não pode realizar fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional de ofício, dependendo, para tanto, de solicitação da Assembleia Legislativa.
- C) O dispositivo da Lei nº 789/2015 não é compatível com a Constituição Federal de 1988, pois exercer o controle operacional da Administração Pública é competência específica dos órgãos de controle interno de cada Poder.
- D) O dispositivo da Lei nº 789/2015 não é compatível com a Constituição Federal de 1988, pois limita a competência constitucional do Tribunal de Contas do Estado para a efetivação do controle externo da atividade administrativa.

Questão 19

Luísa é assessora de moda em uma empresa conceituada que realiza a venda de seus produtos por meio de um catálogo impresso. Em determinado dia, Luísa foi passear em um parque e, na posse de um catálogo impresso de produtos de uma empresa concorrente, ela foi filmada por uma rede de televisão que ali fazia uma reportagem sobre as opções de lazer da cidade. Posteriormente, Luísa tomou conhecimento sobre a reportagem e viu que foi filmada justamente quando manuseava o catálogo de produtos da empresa concorrente. Ela se sentiu constrangida ao ter sua imagem exposta na televisão e buscou a responsabilização da emissora televisiva pelo ocorrido, pleiteando uma reparação por dano moral. Considerando o fato narrado, assinale a afirmativa correta.

- A) Luísa só tem direito à reparação por dano moral se restar comprovado que houve, com a publicação da filmagem, ofensa à sua reputação.
- B) Luísa tem direito à reparação por dano moral, pois a ofensa ao direito de imagem não exige a comprovação de lesão direta à sua reputação.
- C) Luísa não tem direito à reparação por dano moral, pois se encontrava em local público e, assim, se presume que houve o consentimento para a exposição da sua imagem.
- D) Luísa tem direito à reparação por dano moral, pois o fato de ter sido filmada sem prévia autorização, em posse de um catálogo de empresa concorrente àquela que presta serviços, lhe causou constrangimento.

Questão 20

A nova Lei de Licitação, Lei nº 14.133/2021, trouxe como novidade o agrupamento de vários procedimentos já existentes sob o rótulo de procedimentos auxiliares das licitações e contratações. Assim, acerca desses procedimentos auxiliares contidos na nova Lei de Licitações e Contratos, assinale a afirmativa correta.

- A) Na nova Lei de Licitações pode haver a pré-qualificação subjetiva ou objetiva, sendo que, nesse segundo caso, é possível que se exija a comprovação de qualidade dos bens.
- B) Nos termos da Lei de Licitações, o julgamento que decorrer do credenciamento e do procedimento de manifestação de interesse seguirá o mesmo procedimento das licitações.
- C) No Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), aquele que for o responsável pela realização de estudos, investigações, levantamentos e projetos terá direito de preferência no processo licitatório.
- D) No sistema de registro de preços, o prazo de vigência da ata será de, no máximo, um ano incluídas eventuais prorrogações. Esse prazo não se confunde com o prazo de vigência do contrato a ser firmado a partir da ata.

Questão 21

Em relação aos poderes da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. O poder hierárquico da Administração faz com que exista hierarquia em relação ao exercício das três funções estatais clássicas: administrativa, legislativa e jurisdicional.
- II. O exercício do poder disciplinar pela Administração Pública encontra-se cada vez mais inserido dentro da lógica do consensualismo, havendo na legislação diversas previsões de ajustes para a suspensão de processos administrativos disciplinares.
- III. O poder de polícia, que autoriza a limitação da liberdade e da propriedade, decorre da chamada supremacia especial do interesse público.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) II e III.

Questão 22

O poder público se estrutura de variadas formas para melhor desempenhar suas funções. Assim, sobre a organização administrativa, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica, embora alguns possam ter personalidade judiciária.
- II. Na descentralização por colaboração, há a delegação do exercício de competências estatais a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.
- III. A Administração Pública em um sentido objetivo pode ser compreendida como sendo a própria atividade ou função administrativa.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 23

Um importante passo no que se refere ao incremento do princípio da publicidade foi a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527/2011, que conferiu maior efetividade ao direito fundamental de acesso à informação. Em relação às regras trazidas pela LAI, assinale a afirmativa correta.

- A) De acordo com a LAI, é vedado o tratamento de informações pessoais, uma vez que se encontram protegidas constitucionalmente.
- B) É considerada conduta ilícita pela LAI, podendo ensejar a responsabilidade do agente público, o ato de acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal.
- C) Informação sigilosa, nos termos da LAI, é definida como aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de solicitação do titular ou por razões de eficiência comprovadas no processo administrativo.
- D) É dever dos órgãos e entidades públicas promover, desde que haja requerimento do interessado, a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo por eles produzidas ou custodiadas.

Questão 24

A Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000 – foi criada, essencialmente, por três motivos: a) para dar efetividade à política de estabilização fiscal; b) para regulamentar dispositivos da Constituição Federal de 1988 que demandavam uma lei complementar sobre matérias financeiras; e c) para dar um “choque” de gestão à Administração Pública brasileira.

(Original sem destaques – ABRAHAM, Marcus. Curso de Direito Financeiro Brasileiro, 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.)

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa correta sobre a responsabilidade na gestão fiscal.

- A) Permite que o Poder Executivo edite créditos suplementares ou especiais, independentemente de autorização legislativa, desde que haja a disponibilidade financeira.
- B) Determina que a concessão de qualquer tipo de incentivo fiscal deverá ser acompanhada de medidas de compensação, como o aumento de receita ou a redução de despesas, não sendo permitido o uso de fundos ou reservas para tal finalidade.
- C) É vedada a contratação de operações de crédito para a realização de despesas de capital no último ano de mandato do chefe do Poder Executivo, mesmo que essas operações sejam aprovadas em lei específica e estejam previstas na Lei Orçamentária Anual.
- D) Estabelece que, em casos de calamidade pública oficialmente reconhecida, o ente federativo pode deixar de cumprir os limites estabelecidos para despesa com pessoal e para dívida consolidada, desde que devidamente justificado e autorizado pelo Poder Legislativo.

Questão 25

Como uma fonte frequente de financiamento do Estado, o empréstimo público – que representa a concretização do crédito público – possui diversas classificações, cada uma ressaltando uma característica específica do seu tipo. A classificação mais convencional está relacionada à competência do ente federativo que contrai o empréstimo, podendo ser federal, estadual ou municipal. Quanto à característica da sua realização, o empréstimo público pode ser classificado como

- A) voluntário ou compulsório.
- B) voluntário ou de curto prazo.
- C) voluntário ou de longo prazo.
- D) de curto prazo ou compulsório.

Questão 26

A expressão responsabilidade fiscal ganhou popularidade com a edição da Lei Complementar nº 101/2000, chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que regulamenta os Arts. 163 e 165, §§ 9º, 10 e 11, da Constituição da República de 1988. A LRF derogou a Lei nº 4.320/1964 (Lei de Finanças Públicas) que, atualmente, é o principal instrumento regulador das contas públicas no Brasil.

(COELHO, Claudio Carneiro Bezerra Pinto. Curso de direito tributário e financeiro. 10ª Ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.)

A respeito da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa correta.

- A) Conceitua empresa estatal dependente como a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.
- B) Define empresa controlada como a empresa estatal que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- C) As penalidades contidas nessa Lei alcançam todos os responsáveis, dos três Poderes da União, dos Estados e dos Municípios. Todo cidadão é parte legítima para denunciar desrespeitos à LRF. São duas sanções elencadas na lei retromencionada – sanções institucionais e sanções pessoais.
- D) Conforme a Lei, considera-se compatível com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que seja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.

Questão 27

A doutrina moderna conceitua orçamento público como “sendo o instrumento de planejamento, gestão e controle financeiro do Estado, que permite estabelecer a previsão das suas receitas e a fixação das suas despesas para um determinado período de tempo, de maneira transparente, equilibrada e eficiente”. Pari passu ensina a doutrina hodierna, que o orçamento público contempla diversas espécies através das quais são identificadas determinadas características comuns e preponderantes que se destacam, permitindo classificá-las em grupos. Destarte, é possível classificar as espécies de orçamento público da seguinte forma: 1ª) pela forma de elaboração: orçamento legislativo, executivo ou misto; 2ª) pelos objetivos ou pretensões: orçamento clássico ou programa; 3ª) pela vinculação do conteúdo: orçamento impositivo ou autorizativo; 4ª) pela forma de materialização: lei do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual; 05ª) pelo conteúdo: orçamento fiscal, de investimento e de seguridade social. No que tange à classificação das espécies de orçamento público, é correto afirmar que:

- A) O orçamento impositivo é essencialmente uma peça contábil, onde são previstas as receitas e fixadas as despesas, mas sem incluir o planejamento das ações e programas governamentais, nem detalhar os objetivos e metas a serem alcançados.
- B) O orçamento misto é caracterizado por ter sua elaboração, aprovação e execução concentradas exclusivamente no Poder Executivo, sem a participação de outros Poderes no processo. Esse tipo de orçamento é típico de governos autoritários e é comumente encontrado em países não democráticos.
- C) O orçamento autorizativo é a peça que contém a previsão de receitas e a mera autorização das despesas, estando o poder público autorizado a executá-las, sem a obrigação do seu cumprimento na integralidade, ficando a cargo do gestor público a avaliação do interesse e da conveniência.
- D) O orçamento clássico contempla, além das informações financeiras sobre as receitas e despesas, os programas de ação do Estado, pela identificação dos projetos, planos, objetivos e metas. Esse modelo é adotado pelo Brasil, conforme sistematização prevista no Art. 165 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, na Lei nº 4.320/1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Questão 28

Determinada sociedade empresária comercial possui em seu estoque 100 unidades da mercadoria X, que foi adquirida por R\$ 25.000,00, já incluso o ICMS de 12% nesse valor. Para formular o preço de venda, a empresa considerou, além custo de aquisição, um acréscimo suficiente para cobrir o ICMS sobre vendas de 10% e um lucro de 10% sobre valor de venda. Com base somente nessas informações, pode-se dizer que o valor de venda de 10 unidades da mercadoria é:

- A) R\$ 2.200,00.
- B) R\$ 2.500,00.
- C) R\$ 2.750,00.
- D) R\$ 5.000,00.

Questão 29

Determinada sociedade empresária apresentou as seguintes informações em seu Balanço Patrimonial:

Intangível	R\$ 700,00
Estoques	R\$ 1.800,00
Fornecedores	R\$ 1.000,00
Imobilizado	R\$ 3.000,00
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ 1.200,00
Capital subscrito e integralizado	R\$ 4.000,00
Dividendos propostos curto prazo	R\$ 700,00
Contas a receber curto prazo	R\$ 1.500,00
Reservas de lucros	R\$ 2.500,00

Com base exclusivamente nessas informações, assinale a alternativa correta.

- A) O valor do ativo total é R\$ 8.200,00.
- B) O valor do passivo total é R\$ 6.500,00.
- C) O valor do passivo exigível é R\$ 4.500,00.
- D) O valor do ativo circulante é R\$ 3.700,00.

Questão 30

Com relação aos elementos das demonstrações contábeis, de acordo com Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG Estrutura Conceitual, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () No conceito de ativo, pode-se considerar como direito potencial de produzir benefícios econômicos, os direitos de trocar recursos econômicos com outra parte em condições desfavoráveis.
- () No conceito de passivo, a obrigação é o dever ou responsabilidade que a entidade tem a capacidade prática de evitar.
- () A entidade não pode ter direito de obter benefícios econômicos de si mesma, sendo uma prática dessa situação as ações em tesouraria.
- () Direitos sobre o patrimônio líquido são direitos sobre a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

A sequência está correta em

- A) F, V, F, V.
- B) F, F, V, V.
- C) V, F, F, F.
- D) V, V, V, F.

Questão 31

Determinada entidade empresária apresentou as seguintes informações nos anos de 2022 e 2023:

- Receitas relativas a novembro de 2022, recebidas em janeiro de 2023: R\$ 30.000,00
- Despesas relativas a dezembro de 2022, pagas em pagas em fevereiro de 2023: R\$ 50.000,00
- Receitas relativas a novembro de 2023, recebidas em outubro de 2023: R\$ 30.000,00
- Despesas relativas a junho de 2023, pagas em pagas em dezembro de 2022: R\$ 10.000,00
- Despesas relativas a outubro de 2022, pagas em outubro de 2022: R\$ 16.000,00
- Receitas relativas a abril de 2023, recebidas em março de 2022: R\$ 30.000,00

Com base somente nessas informações, assinale a alternativa que contém o resultado de 2022 e 2023, pelo regime de competência dessa sociedade empresária.

- A) Lucro de R\$ 60.000,00 e lucro de R\$ 10.000,00.
- B) Prejuízo de R\$ 36.000,00 e lucro de R\$ 50.000,00.
- C) Prejuízo de R\$ 20.000,00 e lucro de R\$ 36.000,00.
- D) Lucro de R\$ 50.000,00 e prejuízo de R\$ 30.000,00.

Questão 32

Na Lei Orçamentária Anual, a discriminação da despesa quanto à sua natureza far-se-á, no mínimo, por, EXCETO:

- A) Categoria econômica.
- B) Modalidade de aplicação.
- C) Classificação orçamentária.
- D) Grupo de natureza de despesa.

Questão 33

O MCASP (2023) apresenta de forma detalhada as fases da receita pública. Diante desse contexto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Não são objeto de lançamento as rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato.
- II. Concernente à arrecadação pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, o que representa a adoção do regime de competência.
- III. Na etapa de recolhimento, observa-se o princípio da unidade de tesouraria. Ocorre a entrega dos recursos devido ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 34

O registro de receita e despesa intraorçamentárias nas descentralizações financeiras para execução do orçamento, inclusive nas descentralizações de créditos orçamentários efetuadas no âmbito do respectivo ente da Federação para execução de ações de responsabilidade do órgão, fundo ou entidade descentralizadora, não deve ocorrer. Em relação aos fatos que não devem ser registrados, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Aportes mensais com valores preestabelecidos definidos em plano de amortização instituído para o equacionamento do deficit atuarial do RPPS.
- () Repasses financeiros em duodécimos aos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública dos recursos correspondentes às dotações orçamentárias desses órgãos.
- () Repasses financeiros ao RPPS destinados à cobertura de insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

A sequência está correta em

- A) F, V, F.
- B) V, F, F.
- C) V, F, V.
- D) F, V, V.

Questão 35

A Constituição Federal estabeleceu, no *caput* do Art. 168, a sistemática de repasses dos recursos públicos pelo Poder Executivo, aos demais Poderes e órgãos autônomos. Sobre tal assunto, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os repasses ocorrem por meio do regime duodecimal para a execução das despesas orçamentárias.
- B) Não é possível a concessão de suprimento de fundos mesmo por órgãos que não possuem receitas próprias.
- C) Se o recolhimento das restituições ocorrerem após o encerramento do exercício, constituirá uma receita orçamentária.
- D) As restituições, por falta de aplicação, parcial ou total, ou aplicação indevida dos valores adiantados a título de suprimento de fundos, constituem anulação de despesa, quando ocorrerem no mesmo exercício.

Questão 36

Sobre as operações de crédito contratuais, analise as afirmativas a seguir.

- I. Correspondem às emissões de títulos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. São as obrigações financeiras internas ou externas assumidas em decorrência da captação de recursos por meio da emissão de títulos públicos.
- II. Podem ser contratadas sob diversas modalidades, tais como as exemplificadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda que o contrato seja inominado.
- III. Podem decorrer de assunção, reconhecimento ou confissão de dívidas, visto que essas operações são equiparadas a operações de crédito pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 37

O controle é uma das funções da administração de qualquer entidade pública ou privada. Para que seja possível executar eficientemente o controle, são necessárias ações prévias de planejamento, de organização e de coordenação. Na Administração Pública, o controle deve ser mais abrangente em virtude do dever de prestação de contas a que todo ente estatal está submetido. A respeito do controle externo que recai sobre a Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- A) O Tribunal de Contas de Santa Fé do Sul é composto por nove Conselheiros, conforme determinação da Constituição Federal de 1988.
- B) O Governo Federal, o Governo Estadual e o Poder Executivo municipal manterão, de forma integrada e única, um sistema de controle externo.
- C) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do município é feita pela Câmara de Vereadores, mediante controle externo.
- D) O controle externo municipal de Santa Fé do Sul, a cargo do Poder Legislativo municipal, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do município.

Questão 38

A respeito do Sistema de Controle Interno em âmbito municipal, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Deve estar subordinado ao chefe do Poder Legislativo.
- B) Consubstancia-se em uma estrutura dedicada a fornecer segurança às decisões do gestor.
- C) Tem o compromisso de acompanhar a gestão municipal, fornecendo subsídios para que a máquina administrativa funcione corretamente.
- D) Consiste na atividade de verificação dos atos administrativos, com a finalidade de sistematizar, orientar e otimizar as ações desenvolvidas, visando a correta aplicação dos recursos públicos em observância aos preceitos legais e às normas estabelecidas.

Questão 39

Em relação aos princípios gerais relativos ao Sistema Tributário Nacional, conforme disposições da Carta Magna, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os municípios podem instituir impostos.
- B) Os municípios podem instituir taxas em razão do poder de polícia.
- C) É vedado, ao município, instituir contribuições de melhoria decorrentes de obras públicas realizadas sem seu território.
- D) Os municípios podem instituir taxas em virtude de utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

Questão 40

É de suma importância que, no dia a dia, o Agente de Controle Interno do município execute suas atribuições de forma segura, responsável e transparente. Ele deve se atentar, sempre, à legalidade, à legitimidade, à impessoalidade, à moralidade, à publicidade, à economicidade, à eficiência e à efetividade de seus atos. Para tanto, ele deve planejar o seu trabalho. O planejamento do trabalho da auditoria interna compreende os exames preliminares das áreas, das atividades, dos produtos e dos processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade. O planejamento deve considerar os seguintes fatores relevantes, EXCETO:

- A) O conhecimento da missão e dos objetivos estratégicos da Prefeitura.
- B) Os riscos de auditoria, quer pelo volume ou pela complexidade das transações e das operações.
- C) A extensão dos procedimentos de auditoria externa que não serão aplicados e que não estão alinhados com a política de gestão de riscos da Prefeitura.
- D) O conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos, bem como o grau de confiabilidade da entidade.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.







INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 40 (quarenta) questões de múltiplas escolhas para todos os cargos.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito). Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
6. A prova terá duração de 3 (três) horas para todos os cargos. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) devidamente assinado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.